

Superior Tribunal de Justiça

o INCRA pleiteie a compensação dos valores pagos não abarcado pela decisão liminar, pois "desde maio de 2005 o INCRA já tinha conhecimento de que o pagamento da GDARA no patamar de 60 pontos, para os aposentados e pensionistas associados à ASSINCRA/PR, deveria prevalecer somente até o início das avaliações" (e-STJ fl. 100).

Com contrarrazões (e-STJ fls. 145-147).

Juízo positivo de admissibilidade às e-STJ fls. 154-155.

É o relatório. Passo a decidir.

O recurso não merece prosperar.

O Tribunal de origem, ao negar provimento ao agravo de instrumento, afastou a prescrição alegada e manteve a possibilidade de compensação dos valores indevidamente recebidos pelos associados sob a seguinte fundamentação (e-STJ fls. 82-83, grifos no original):

[...] não há que se falar em prescrição relativamente à pretensão compensatória (valores pagos no período não abarcado pela decisão liminar), porque a delimitação do período em que as diferenças remuneratórias eram efetivamente devidas só tornou-se definitiva com o trânsito em julgado da sentença em 10/06/2016.

Quanto à possibilidade de compensação, em que pesem ponderáveis os argumentos expendidos pela parte agravante, não há reparos à decisão agravada.

Inferre-se dos autos que: **(a)** a Administração não continuou efetuando o pagamento por erro, mas, sim, em virtude da demora do Judiciário na definição do termo final do pagamento da gratificação em paridade com os servidores da ativa (a despeito da existência de provocações anteriores do INCRA, tal definição só ocorreu **em setembro de 2011** - OUT5 do evento 1 dos autos originários); **(b)** não se cuida de condenar o servidor à restituição de valores recebidos de boa-fé, de desconto de valores indevidamente recebidos no contracheque do servidor, ou seja, não se trata da necessidade de preservação de valores revestidos de caráter alimentar; **(c)** trata-se de compensação dos valores pagos a maior que o devido, no âmbito da liquidação do *quantum debeatur*, observado o limite do crédito do demandante, o que é permitido por lei (art. 368 do Código Civil); **(d)** no curso do processo em que proferida a decisão ora execução, quando instado a se manifestar acerca do termo final da liminar, o magistrado *a quo* dispôs expressamente acerca da possibilidade de compensação de eventuais valores pagos a maior: *Em suma*, de janeiro/2006 em diante, o INCRA *está dispensado do pagamento de valores em decorrência do provimento liminar, sem prejuízo de eventuais atrasados e de compensação de eventuais valores pagos a maior, após a vigência da regulamentação referida* - (OUT5 do evento 1 dos autos originários).

Nesse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. SERVIDOR PÚBLICO. INTEGRALIDADE DA PENSÃO. PRESCRIÇÃO DA

PRETENSÃO EXECUTIVA. PARCELAS PRETÉRITAS NÃO INCLUÍDAS NO CÁLCULO QUE INSTRUIU O PRECATÓRIO EXPEDIDO PARA PAGAMENTO DO VALOR DA CONDENAÇÃO. INÉRCIA DA PARTE EM RECLAMAR. REVISÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ALÍNEA "C" PREJUDICADA.

1. Constatase que não se configura a ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado.
2. *In casu*, o Tribunal de origem consignou: "importa registrar que após o desarquivamento dos autos, o recorrente nele se manifestou diversas vezes, inclusive, discutindo a incidência de juros e correção monetária dos valores quitados, sem jamais reclamar dos meses de 04/1999 à 10/1999, o que só veio a fazer em novembro/2016, quando já prescrita a pretensão. (...) Até porque, repita-se, o apelante se manifestou diversas vezes no feito; após a expedição e protocolo da requisição de pagamento junto ao IPERGS, sem jamais fazer qualquer referência ou postulação acerca dos supostos valores pagos a menor, só o fazendo quando já decorrido, há muito, o prazo de prescrição quinquenal"(fl. 601, e-STJ).
3. A instância de origem decidiu a questão com fundamento no suporte fático-probatório dos autos, cujo reexame é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial".
4. Por fim, não se pode conhecer do recurso pela alínea "c" uma vez que, aplicada a Súmula 7/STJ quanto à alínea "a", fica prejudicada a divergência jurisprudencial, pois as conclusões divergentes decorreriam das circunstâncias específicas de cada processo e não do entendimento diverso sobre uma mesma questão legal.
5. Recurso Especial parcialmente conhecido, apenas em relação à preliminar de violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, e, nessa extensão, não provido. (REsp 1.808.978/RS, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 1º/7/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. URV. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO. PRESCRIÇÃO. PRAZO PRESCRICIONAL. TERMO FINAL DO PAGAMENTO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. APURAÇÃO DA DEFASAGEM REMUNERATÓRIA. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.

1. O aresto recorrido não destoa da jurisprudência deste Tribunal, no sentido de que, conquanto seja vedada a compensação de perdas salariais com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores.
2. Noutro giro, firmou-se o entendimento de que, nas ações que tratam de diferenças salariais decorrentes da conversão da moeda em URV, "*o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais*" (AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 20/03/2014, DJe 26/03/2014).
3. Contudo, o exame da controvérsia acerca do prazo prescricional e do termo final do pagamento, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório

Superior Tribunal de Justiça

constante dos autos, bem como exame de legislação local, providências vedadas em recurso especial, conforme os óbices previstos nas Súmulas 7/STJ e 280/STF.

4. No mais, "*somente em liquidação de sentença há de se apurar a efetiva defasagem remuneratória devida aos servidores públicos decorrente do método de conversão aplicado pelo Município em confronto com a legislação federal, de modo a evitar eventual pagamento em duplicidade e o enriquecimento sem causa*" (AgRg nos EDcl no REsp 1237530/SP, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, Segunda Turma, julgado em 29/05/2012, DJe 13/06/2012)

5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.318.602/MT, Relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 9/10/2018)

Por fim, a divergência jurisprudencial, com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, fica prejudicada em razão do óbice da Súmula 7/STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o acórdão combatido e os arestos paradigmas, visto que as suas conclusões díspares ocorreram, não em razão de entendimentos diversos sobre uma mesma questão legal, mas, sim, em virtude de fundamentações baseadas em fatos, provas e circunstâncias específicas de cada processo.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DISPOSITIVOS LEGAIS TIDOS POR VIOLADOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ÓBICE DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF

1. O conteúdo normativo dos artigos tidos por violados não foram objeto de discussão, ainda que implicitamente, pelo Tribunal *a quo*. Consoante as Súmulas 282 e 356 do STF, é inadmissível a apreciação em recurso especial de matéria não debatida e decidida pelo acórdão recorrido, tampouco suscitada em embargos de declaração, porquanto ausente o prequestionamento.

2. A inadmissão do recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, em razão da incidência de enunciado sumular, prejudica o exame do recurso no ponto em que suscita divergência jurisprudencial quanto ao mesmo dispositivo legal ou tese jurídica, o que ocorreu na hipótese. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.343.351/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 23/3/2017.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1.684.151/PB, Relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 1º/3/2019)

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator